

Empresários e transição democrática

Os interesses de classe na Constituinte de 1987/1988

Ben-Hur Rava

Sumário

1. Introdução. 2. O papel dos empresários na vida política nacional: a transição do regime militar-autoritário para a Nova República. 3. A participação dos grupos empresariais no processo constituinte. 4. Conclusão.

1. Introdução

Com a redemocratização do país, após duas décadas de regime militar, era preciso eliminar o entulho autoritário das leis produzido no período. Tornava-se urgente a convocação de uma Assembleia Constituinte, e dar ao Congresso Nacional, eleito em 15 de novembro de 1986, poderes para elaborar uma nova Constituição da República.

Em 1º de Fevereiro de 1987, o Congresso Constituinte foi instalado. No dia seguinte, o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB de São Paulo, foi eleito seu presidente. Em torno do Congresso, 15 mil populares manifestaram-se em clima de festa e reivindicação. Ainda em fevereiro, foi decidido que os trabalhos constitucionais seriam divididos entre oito comissões temáticas. Uma comissão de sistematização ficaria encarregada de formatar o projeto preparado por cada comissão. O relator dessa comissão era o senador Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas.

A discussão do tempo de mandato presidencial, os direitos trabalhistas, a reforma

Ben-Hur Rava é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS), Mestre em Direito Público (UNISINOS), especialista em Ciência Política (PUCRS), professor do Curso de Direito da UNIVATES e Advogado em Porto Alegre.

agrária em terras produtivas, o sistema de livre iniciativa (economia de mercado), a função social da propriedade, entre outros, foram os temas que provocaram maior polêmica nos trabalhos constituintes. O texto foi votado em dois turnos e, finalmente, aprovado em Plenário em 22 de setembro. Vinte meses depois do início, na tarde de 5 de outubro de 1988, foi promulgada no Plenário do Congresso, em Brasília, a sétima e atual Constituição brasileira.

O processo constituinte encerrou o período de transição do regime militar autoritário para o regime democrático. Nesse processo, foram protagonistas diversos segmentos sociais, com destaque político, social e econômico. Entre eles, citamos a classe empresarial que é analisada neste estudo.

Os grupos empresariais foram, desde muito cedo, os protagonistas, ao lado do Estado, da construção do nosso capitalismo modernizante. Desde a segunda metade do século XIX, os nichos de atividade empresarial ganharam fôlego, mas, com o advento do momento republicano, eles passaram a ter um papel decisivo. Foram os empresários, principalmente urbanos e vinculados ao nascente processo de industrialização brasileira, que, ao se aliarem à classe política, auxiliaram a desenhar o projeto de desenvolvimento nacional. É certo que, em muitos episódios da vida nacional, essa aliança teve um custo político e econômico. Um desses custos foi, em alguns momentos, a sustentação, por parte dos grupos empresariais dos regimes autoritários, como ocorreu em 1937 com Getúlio Vargas e, depois em 1964, com os militares. Todavia, as classes empresariais, imbuídas do autointeresse, lograram dar a volta e acompanhar o processo de transição democrática.

O objetivo deste artigo é realizar uma síntese dessa trajetória e assinalar alguns traços dos pressupostos político-ideológicos do comportamento dos grupos empresariais no processo de transição pós-64 e

que culminou com a defesa intransigente de seus interesses econômicos e de classe na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988.

2. O papel dos empresários na vida política nacional: a transição do regime militar-autoritário para a Nova República

O processo de redemocratização, a par de ter afirmado a garantia da estabilidade institucional, por meio da competição política aos partidos legalizados e reformados em seus conteúdos programáticos, trouxe junto de si a promessa da estabilidade econômica, capaz de induzir ao crescimento e à distribuição de renda no país. Nesse particular, parece que o sucesso da democracia política dependia, em larga medida, do sucesso da democracia econômica e social (CRUZ, 1997, p. 93).

Nesse sentido a perspectiva de reunir diversos atores em torno de um projeto nacional, em que fossem soldadas as bases da repactuação política, econômica e social, não podia esquecer a importância da classe empresarial, como um dos vetores da elite dirigente e capaz de direcionar o viés econômico, articulando as condições de desenvolvimento nacional. Como burguesia nacional, os interesses empresariais sempre estiveram presentes na construção dos caminhos políticos da modernidade capitalista brasileira. No período republicano, a sua participação remonta à década de 1930 quando, aliada ao ideário varguista, abraçou o projeto de desenvolvimento nacional, impulsionado pelas políticas rentistas e distributivistas do nosso *welfare state* tupiniquim.

Analisando o conturbado processo político brasileiro, sob a perspectiva da participação corporativa, não se pode desprezar que os grupos empresariais, atendendo aos seus interesses de classe, tanto são decisivos no apoio aos episódios autoritários quanto no processo de redemocratização. Foi assim com Vargas, foi assim

com o regime militar-autoritário pós-64. A atuação de influentes líderes empresariais, tanto à frente de suas empresas quanto de organizações classistas, pôde tanto empolgar e legitimar o fechamento do regime político, sustentando-o à medida que seus interesses tinham correspondência com a política econômica, quanto apoiar a queda de governantes, alinhando-os aos reclames democráticos.

As razões desse comportamento estão na singela observação da lógica da ação individual do *homo economicus* e tem, na articulação das preferências individuais, as regras que estão subjacentes, de modo comparativo ao processo de funcionamento do mercado. O autointeresse econômico é decisivo no comportamento dos empresários, talvez mais do que o seu próprio posicionamento político individual. Esse só cede, talvez, quando essa ação individual se transforma em lógica da ação coletiva – a própria atuação corporativa – em que os interesses do grupo são maiores ou mais fortes e pulverizam a ação isolada.

Com o fim do regime militar-autoritário pós-64, a trajetória foi idêntica. A adesão dos grupos e lideranças empresariais ao projeto de abertura, e conseqüente redemocratização política, começou em meados da década de 1970 quando se acentuou a chamada crise do Estado, identificável, entre outros fatores, pela profunda crise fiscal. O atendimento das demandas sociais via implementação de políticas públicas não conseguia mais levar a efeito um sistema redistributivista. Além disso, o peso da estrutura estatal estava comprometendo todos os resultados econômicos positivos herdados do período do “milagre econômico” (1968/1974). Essa posição começou a ganhar forma, no período de 1974-1976 com a mobilização dos empresários e suas entidades representativas em torno da crítica à “estatização” (CRUZ, 1997, p. 95). Na verdade, ainda que houvesse uma campanha, muitos empresários não aderiram com convicção, chegando alguns a ser fran-

camente contrários a ela. Isso reforça a ideia de que a pregação ideológico-discursiva de maior “liberdade” de mercado tornava-se contraditória ou inefetiva na medida em que não havia as condições materiais para a “liberdade” política no país.

Paulatinamente, o avanço da oposição – o seu sucesso eleitoral em 1976 – e o aumento das crises no governo do regime militar-autoritário acentuaram a contradição entre capital e trabalho, o que tensionou as relações políticas, mais do que as econômicas. Notava-se a busca de uma maior organicidade na classe empresarial como já começara a ocorrer no movimento sindical. Segundo Cruz (1997, p. 98-101), há uma série de fatores, dignos de referência, que induzem a esse comportamento politizado da classe empresarial: a) a diversificação de interlocutores; b) a politização do discurso empresarial; c) a explicitação de conflitos intersetoriais; d) as reações ao movimento grevista; e) as mudanças no relacionamento com os economistas.

A pauta de discussão dos empresários, inicialmente com as lideranças governamentais, sobretudo, os Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e Secretaria do Planejamento, inicialmente girava em torno da alta taxa de juros que tem repercussão no balanço de pagamentos, restrição da política creditícia, entrada de capital externo, pressão inflacionária e política industrial. Mais tarde, os aspectos da negociação salarial e direito de greve serão incorporados à discussão. Aqui é preciso referir que a discussão entre crescimento via investimento externo aliado às altas taxas de juro, subsidiadas pelos empresários do setor bancário, encontrava forte resistência dos empresários ligados ao setor industrial que esperavam um fortalecimento do mercado interno via crédito facilitado para investimentos de médio e longo prazos. Subjacente a isso talvez esteja a própria clivagem encontrável entre a classe empresarial que é fruto de uma visão que também anima a discussão de política

econômica: a posição dos ortodoxos *versus* a posição dos heterodoxos. Da mesma forma que a divisão pode ser encontrável nas categorias de empresários nacionalistas e empresários cosmopolitas. Essas posições eram disseminadas nos diversos escalões governamentais, nas universidades e nas associações empresariais. Não há espaço aqui para um aprofundamento dessa discussão, mas diga-se que nela se encontrava, de forma patente, a luta pela hegemonia ideológica no interior da elite econômica dirigente¹.

Inegável que essa confluência de fatores só foi possível graças ao processo de distensão do regime militar-autoritário propiciado, lentamente, pelos governos Geisel e Figueiredo (MARTINS, 1988, p. 129). A imprensa, principalmente a especializada em economia, teve papel decisivo nesse debate, na medida em que a censura foi afrouxando as amarras institucionais.

Isso possibilitou também que se fosse criando uma unidade discursiva e coesa (guardadas as dissensões pontuais) entre os líderes empresariais, principalmente no que se referia à livre iniciativa e à democracia (CRUZ, 1997, p. 105). O *Documento dos Oito*, resultado da consolidação da opinião dos principais líderes empresariais do país, promovido pela Gazeta Mercantil em julho de 1978, deixava claras essas posições:

“Na qualidade de dirigentes de empresas e, como tal, conscientes da dimensão social e mesmo política de nossa atividade, pensamos submeter nossas idéias ao exame dos vários setores da sociedade brasileira e, em especial, dos homens públicos e do empresariado. Desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, funda-

do na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira. Se, porventura, as opiniões aqui expressas servirem de alguma forma para delinear os caminhos do futuro, acreditamos ter dado, ainda que modestamente, nossa contribuição de cidadãos atuantes (...)”².

Na década de 1980, como ressalta Cruz (1997, p. 106), “um sopro de renovação atinge as entidades empresariais”. FIERJ, FIESP e CNI absorveram novas lideranças com postura mais voltada ao combate das políticas econômicas ortodoxas. Na FIESP, sob a presidência de Luiz Eulálio Bueno Vidigal, uma série de economistas ligados ao PMDB vão compor o Conselho Superior de Economia. A linha adotada foi a de reforço ao discurso desenvolvimentista em franco combate ao discurso neoliberal, que iria estabelecer as bases da transição democrática.

A transição do regime militar-autoritário para o regime democrático, como se sabe, operou-se na linha dos traços históricos característicos que foram descritos por Barrington Moore Junior (1975, *passim*). No entanto, há que se agregar alguns elementos para a compreensão do fenômeno. Um deles que parece residir na base da obtenção de uma coesão gradual à própria liberalização, tanto entre os defensores do regime (no caso brasileiro, os integrantes da “linha dura” e da “linha branda”) quanto entre os membros da própria oposição (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 36). A seu turno, Martins (1988, p. 119) anota: “E esse é precisamente o dilema da política de ‘liberalização’ (abertura): como ‘liberalizar’

¹ Sobre o assunto, ainda que de forma ilustrativa, consulte-se: Karl Marx (1987); Caio Prado Júnior (1966); Florestan Fernandes (2006) e Raymundo Faoro (1992). Essa disputa, acreditamos, com outros contornos é, ainda, presente nas opções econômicas que têm orientado os dois últimos governos brasileiros, seja no interior, seja no exterior do próprio governo.

² Os oito empresários que assinaram o Documento foram: Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setubal Filho, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severo Fagundes Neto. O material, na íntegra, está disponível na internet, no site do Fórum de Líderes: http://www.lideres.org.br/telas/documentos/default.asp?id_interno=1.

e, ao mesmo tempo, bloquear uma oposição que propõe políticas distributivas e sociais imediatas incompatíveis com o modelo vigente”.

A transição implicava, em certo grau, continuar recebendo o apoio dos setores empresariais que aderiram ao regime militar-autoritário em troca de “benefícios econômicos como substitutos de liberdades políticas” (O’DONNEL; SCHMITTER, 1988, p. 36). Diante das crises econômicas da década de 1980, em diante, fruto da situação econômica internacional, era preciso mudar a moeda de troca. A liberdade política deveria ser a base para as mudanças na condução econômica, com a substituição de uma opção tecnocrática por uma opção negociada na arena legislativa que, via partidos, oferecesse sustentação aos governos futuramente eleitos.

As eleições de 1982 para Governadores estaduais deram uma vitória a dez partidos de oposição nos Estados mais politizados e desenvolvidos da Federação, que correspondiam a 62% do eleitorado e 75% do PIB. Nas eleições legislativas, a oposição (PMDB, PDT, PT e PTB) obteve vantagem de 48,0% contra 36,6% do PDS (MARTINS, 1988, p. 130). Os elementos do meio empresarial anteviam maior perspectiva política na oposição: os “novos”, talvez por crença modernizadora e opção ideológica, e os “velhos”, pela tradição de refazer as bases de sustentação de um novo regime que sempre depende da aliança da burguesia detentora de capital para o custeio da própria transição. Sem dúvida alguma que a situação política instável e a cumulação de crises econômicas acelerou o processo de transição. Martins (1988, p. 134) afirma:

“Embora a dimensão econômica *não* tenha sido um elemento importante da decisão de ‘liberalizar’ o regime, é provável que dará forma ao resultado final do processo de liberalização. Nesse sentido, pode-se formular a hipótese de que uma crise econômica de grande magnitude pode desempe-

nhar um papel análogo (embora não equivalente) ao que teve em outros países a derrota externa, enquanto catalisador da liquidação do regime autoritário. A razão para isso é que as promessas econômicas do regime, uma vez frustradas, aparecem como uma derrota interna, dada a função legitimadora que desempenhavam. Certamente, no caso brasileiro, a crise econômica (e a desastrosa má administração da economia) contribuiu, mais do que a oposição política organizada, para o equilíbrio instável em que o regime ora se encontra”.

Ocorre que esse processo de transição (pacto) foi a toda prova “negociado” (ou “renegociado”) no sentido em que é encontrado na obra de O’Donnel e Schmitter sobre as transições dos regimes autoritários. Diz O’Donnel e Schmitter (1988, p. 67):

“Um pacto pode ser definido como um acordo explícito mas nem sempre publicamente explicado ou justificado, entre um conjunto de atores, na busca de definir (ou redefinir) regras cujo sentido orienta seu comportamento político com base em garantias mútuas relativas aos ‘interesses vitais’ dos participantes no pacto. Alguns pactos incluem uma data predeterminada de finalização, enquanto outros dependem da contínua renegociação do consentimento das partes. Em qualquer caso, com frequência os pactos são considerados inicialmente soluções temporárias destinadas a evitar resultados preocupantes e, talvez, a sedimentar o caminho para acordos de caráter mais permanente para a resolução de conflitos”.

O’Donnel e Schmitter (Idem, p. 82) chamam atenção para a negociação nestes termos:

“No núcleo de um pacto reside um compromisso negociado, nos termos do qual os atores concordam em deixar de lado, ou em subutilizar,

sua capacidade de infligir danos uns aos outros, mediante a extensão de garantias de que não ameaçarão reciprocamente as autonomias corporativas ou interesses considerados vitais pelas partes”.

Essa transição iria concluir-se e consolidar com o processo constituinte de 1987/1988, onde os grupos políticos, econômicos e sociais buscaram influir decisivamente na construção de canais que garantissem seus compromissos ideológicos e de classe, de acordo com as regras do jogo democrático. Tratava-se de operar a “institucionalização” dos direitos de representação e mecanismos de negociação para aperfeiçoar o papel das associações de classe, como referem O’Donnell e Schmitter (Idem).

Na visão das classes empresariais, a institucionalização passaria por arranjos que permitissem consolidar um novo processo de acumulação capitalista conforme os pródromos de um liberalismo voltado para o mercado e não de uma estrutura capitalista coordenada pelo Estado que demonstrou estar desgastada ou combatida pelo fracasso das políticas *welfaristas* e as precárias condições de financiamento das políticas públicas. Os grupos empresariais estavam imbuídos de que a liberalização política e econômica poderia constituir a base de um novo desenvolvimento a partir do mercado. Reformar o Estado por fora e por dentro era a tarefa institucional. Internamente seria preciso rearticular as bases da estrutura governamental, passando pela redefinição do papel do Estado e sua atuação; externamente, a tarefa seria de construir as bases da interlocução com a sociedade civil organizada com vistas à maior participação que garantisse legitimidade à fase democrática.

Para as classes empresariais e outros setores da burguesia nacional, isso se daria à medida que se pudesse, após a transição negociada, criar um ambiente de liberalização da economia, pela adoção de

alguns princípios de natureza ideológica e pragmática, como se viu na articulação desses grupos na Assembleia Nacional Constituinte.

3. A participação dos grupos empresariais no processo constituinte

A redemocratização brasileira pode ser dita consolidada em dois momentos sucessivos: a eleição de um civil para a Presidência da República, em 1985, e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para reescrever a nova ordem jurídico-política e institucional.

A grande perspectiva de esperanças depositadas no governo Sarney era sintomática de um momento de transição. Contudo as esperanças eram maiores do que a legitimidade política que embasava o primeiro governo civil depois do longo período em que durou o regime militar autoritário (1964/1985). Essa esperança provinha, de certo modo, da grande mobilização popular que cercara o movimento pela realização de eleições diretas para Presidente da República, conhecido como “Diretas Já”, e que estava condicionada à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (Emenda Dante de Oliveira)³. A alternativa à oposição foi submeter o seu candidato, Tancredo Neves (PMDB), com apoio dos dissidentes do regime, vinculados ao partido que lhe dera sustentação (PDS) ao Colégio Eleitoral⁴. Essa dissidência se cristalizou na Frente Liberal que, unida ao PMDB, formou a Aliança Democrática e acabou por escolher José Sarney como candidato a Vice-Presidente na chapa oposicionista.

³ Apesar de todo apoio popular, a emenda constitucional foi a Plenário no dia 25 de abril de 1984, obtendo o seguinte resultado: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 113 parlamentares simplesmente não comparecem ao Plenário. Seriam necessários mais 22 votos, que somariam dois terços do total, o que inviabilizou a emenda.

⁴ Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, derrotou o candidato do governo Paulo Maluf (PDS) por 480 a 180 votos.

Com a vitória da Aliança Democrática, estava encerrado o regime militar autoritário e seria empossado Tancredo Neves como o primeiro presidente civil após 21 anos. Mas isso nunca aconteceu. Na madrugada do dia da posse, em 15 de março de 1985, Tancredo Neves, acometido de um problema estomacal (que depois foi caracterizado como diverticulite aguda), foi internado no Hospital de Base de Brasília, sendo logo transferido para o Hospital das Clínicas de São Paulo, onde viria, depois de longa agonia, a falecer em 21 de abril daquele ano.

Assim foi empossado, em seu lugar e, depois com sua morte, mantido no cargo de Presidente da República, José Sarney. Os compromissos de Sarney com a Aliança Democrática e a expectativa de todos aqueles que lutaram contra o regime militar autoritário e, ao mesmo tempo, por um Brasil soberano, democrático e com igualdade social, andavam no sentido de se estabelecer uma correlação de forças políticas e sociais que garantisse a transição e o estabelecimento da “Nova República”, com significativos avanços sob o ponto de vista político, mas com estreito alcance sob o ponto de vista social e econômico.

José Sarney lançou mão de três estratégias para adquirir a legitimidade política ao longo do primeiro ano de seu mandato tendo em vista a conjuntura difícil: o apoio dos militares, a convocação da Assembleia Constituinte e o Plano Cruzado (LAVORATTI, 2005). A ascensão dos movimentos sociopolíticos garantiu a legalização dos partidos comunistas clandestinos – não incorporados ao pluripartidarismo do início da década de 1980 –, da UNE e das centrais sindicais CUT e CONCLAT, além da confirmação das eleições diretas para presidente e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte com o propósito de elaborar uma nova Carta Constitucional.

Como dissemos, acima, a esperança no novo governo era maior do que a legitimidade política que o sustentava. Segundo Kinzo (2001, p. 7):

“Como consequência, além de a Nova República como passou a ser chamado o restabelecimento do governo civil ter resultado de um acordo entre setores moderados da oposição e dissidentes do governo, sem o respaldo do voto popular, com a morte de Tancredo um outro complicador iria se antepor à democratização. Significava que a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava. Assim, Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade: uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar o PMDB. Estes fatores dificultaram sua administração, que ficou vulnerável a todos os tipos de pressão desde as forças políticas heterogêneas que compunham seu governo (cada uma tentando aumentar sua influência) até os partidos de oposição e os setores organizados da sociedade civil demandando pronta democratização em todos os sentidos do termo”.

É nesse contexto que se instalaria a Assembleia Nacional Constituinte. Na ótica das classes empresariais, um novo padrão de desenvolvimento capitalista, mesmo periférico e associado, consistia em elaborar um “projeto viável”. A viabilidade do projeto estava em remover as barreiras da ação estatal e do fluxo da própria economia, definindo as bases sobre alguns temas de grande destaque: capital estrangeiro, dívida externa, capacidade de gasto do Estado, investimento público, reformas sociais (previdência e tributária) e de infraestrutura básica (privatizações) (CRUZ, 1997, p. 112).

Muito embora seja um lugar comum de que os partidos brasileiros não têm identidade ideológica, operam na base do clientelismo e seu enraizamento social é fraco, as eleições legislativas de 1986 oportunizaram às classes empresariais uma representação partidária com vistas a influir diretamente no processo constituinte.

Analisando o resultado eleitoral de 1986, vemos que se tratava de consolidar o projeto de “coalizão ampla e heterogênea” (LAMOUNIER; MENEGHELLO, 1988, p. 87) que havia operado a transição e levado a Aliança Democrática ao poder. O destaque ficava por conta dos dois partidos de sua base de sustentação: o PMDB e o PFL. Conforme Rodrigues (1987, p. 25): As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte resultaram, no que tange ao legislativo federal (Câmara dos Deputados e Senado), num quadro inédito na variada e sofrida história dos sistemas partidários brasileiros. Na Câmara Federal, um só partido, o PMDB, abocanhou 53% dos lugares. O segundo partido, o PFL, ficou com 24% do total de parlamentares. No Senado, dos 72 senadores, 45 estão no PMDB (63% do total) e 15 no PFL (21%). Os dois partidos que formam a ‘situação’ dispõem, assim, de aproximadamente dois terços do Con-

gresso, sobrando o outro terço para ser dividido entre uma fragmentada ‘oposição’, composta por dez partidos, entre os quais, o PDS, o mais forte deles, possui apenas 7% do total de parlamentares (33 deputados e sete senadores).

Do ponto de vista da classe empresarial, a representação era mais fluida, repartindo-se entre os dois grandes partidos e por outros menores, inclusive na oposição. Pode-se dizer, em que pesem as várias classificações (RODRIGUES, 1987, p. 98), tomando em conta o perfil ideológico dos constituintes, que a sua feição era de centro com ligeiro equilíbrio entre o centro-direita e o centro-esquerda. Na tabela abaixo, resultante de pesquisa da Folha de São Paulo, os próprios constituintes se autodefiniram da seguinte forma:

Composição Ideológica dos Constituintes na ANC em 1986 (Autodefinição)

Extrema direita	-
Direita	1%
Centro-Direita	5%
Centro	36%
Centro-esquerda	40%
Esquerda	13%
Extrema esquerda	1%
Não responderam	2%
Outras respostas	2%
Total	100%

Fonte: Leônicio Martins Rodrigues (1987, p. 99).

Esse equilíbrio de forças pelo centro-esquerda e centro-direita caracterizava a heterogeneidade de possibilidades na construção da nova ordem constitucional. Quaisquer dos grupos, não tendo a maioria, principalmente tratando-se de maioria qualificada para as votações que tratavam da inovação constitucional, estavam forçados a valer-se da via negociada para impor suas demandas na arena política.

Composição Partidária da ANC em 1986

Partidos	Número	%
PMDB	302	54,0
PFL	133	23,8
PDS	38	6,7
PDT	26	4,6
PTB	19	3,4
PT	16	2,9
PL	7	1,3
PDC	6	1,1
PCdoB	6	1,1
PCB	3	0,5
PSB	2	0,4
PMB	1	0,2
Total	559	100,0

Fonte: Cálculos baseados em listagens do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

O grupo de centro-esquerda teve a primazia, com apoio dos grupos de esquerda e extrema-esquerda, embora desprezível, e do movimento popular (sindicatos, Igreja progressista, organizações sociais, estudantes), e conseguiu, num primeiro momento, impor um perfil mais interventivo de Estado, que afirmava os compromissos com a ordem social, como as questões trabalhistas, sindicais e de solidariedade. Na parte econômica, atrelava a atuação do Estado aos monopólios e à propriedade pública dos meios de produção em setores decisivos da economia.

Os grupos empresariais tiveram, quase sempre, a articulação unificada, mas em alguns momentos desviaram-se do programa hegemônico devido à dispersão individual de alguns constituintes. Foi preciso recompor a sua base para frear as propostas mais progressistas. Nesse particular, a sua articulação interna na Assembleia Nacional Constituinte, na fase mais decisiva do processo, deu-se pela criação de um bloco parlamentar, chamado Centro Democrático – logo denominado de Centrão. Ali, alojavam-se deputados e senadores de feição conservadora que investiram forte na sustentação das teses pró-empresariais, impondo-se em votações importantes nas subcomissões e na própria Comissão de Sistematização, como o mandato do Presidente Sarney que foi estendido para cinco anos, a questão da reforma agrária, o papel das Forças Armadas.

Diante da fragilidade partidária (embora existente um grupo de partidos conservadores) e de um sistema político fragmentado (além da atuação nacional, a atuação regional e setorial), a estratégia política empresarial buscou também uma colaboração com segmentos sociais próximos às suas ideias hegemônicas: Forças Armadas, Igreja conservadora, etc. que lhes respaldassem a atuação (DREIFUSS, 1986, p. 286).

A atuação unificada do bloco empresarial, apostando na divisão dos partidos

à esquerda (reformistas do PMDB e PT-PDT-PSB-PV), procurou margem no PDS-PFL-PTB e PMDB conservador. Atomizar as propostas reformistas, dividindo sua coesão entre as esquerdas, e fortalecer o discurso de unidade ideológica liberal, pró-desenvolvimento pareceu ser o carro-chefe da campanha constituinte de 1987/1988. Velhos e novos conservadores (civis, militares e integrantes das classes rurais) puderam agregar certa base social e travar o avanço progressista. Talvez a única estratégia que não tenha logrado êxito foi a tentativa de incorporação de uma base sindical conservadora (União Sindical Independente – USI, que operou desde 1985) como forma de se contrapor à Central Única dos Trabalhadores – CUT (Idem, p. 287).

Na verdade, a discussão e a afirmação dos pontos de vista passavam por uma velha dicotomia no sistema de classes brasileiras proveniente da década de 50: os nacionalistas e os cosmopolitas (internacionalistas). Os primeiros, vinculados a um ideário e projeto de desenvolvimento nacional voltado para a identidade e autonomia nacional, reconhecendo na estrutura do Estado uma diretriz fundamental; e os outros, reconhecendo a lógica capitalista contemporânea, não abrindo mão da inserção internacional e da defesa dos interesses dos grupos multinacionais aliados.

Como dissemos, o problema para as propostas empresariais é que o Centrão não conseguia uma unanimidade em várias questões, deixando-se arrastar por interesses particularizados e trocas clientelistas de ocasião, no balcão das negociações políticas. Isso favorecia o grupo de centro-esquerda que conseguia furar o cerco e impingir-lhe algumas vitórias nas votações. Foi preciso que os empresários se articulassem para garantir a coesão interna e unidade de ação nos movimentos parlamentares do Centrão (DREIFUSS, 1989, p. 230).

Aqui, neste particular aspecto, não se pode deixar de tecer alguma consideração

sobre este fenômeno e a relação de fragilidade dos partidos políticos com representação na Assembleia Nacional Constituinte. Ressalvados os partidos de forte vinculação ideológica e coesão programática, como os de extrema-esquerda e esquerda, os demais se conduzem na esteira da volatilidade e dos interesses difusos (de classe, de grupos, territoriais e geográficos e pessoais). Isso tem sido fruto de um longo processo histórico que se acentua em momentos de autoritarismo. Camargo e Diniz (1989, p. 15) dizem:

“Diante da baixa capacidade de agregação do sistema partidário, observou-se uma dispersão das demandas dos diferentes grupos sociais. (...) As pressões irradiadas da sociedade tenderiam a alcançar o sistema político sob a forma de demandas corporativas na falta de uma instância capaz de integrá-las em plataforma mais abrangente. Esta tendência refletiu-se na dinâmica do processo constituinte”.

Diniz e Boschi (2000, p. 16), ao fazerem uma análise empírica sobre alguns dados da origem dos empresários no legislativo brasileiro, no período da década de 80 e da transição, fazem a seguinte observação sobre as mudanças levadas a efeito:

“o momento imediatamente pós-constituente um ponto de inflexão, quando se passa de um quadro marcado por alta mobilização social e política, participação crescente, fortalecimento organizacional da sociedade e expectativas de inclusão social pela via de garantias de direitos de cidadania em expansão para um cenário mais restritivo, caracterizado por um certo refluxo dos movimentos sociais e da atuação de setores mais organizados da sociedade, bem como pela reversão de expectativas quanto à capacidade do Estado sustentar e promover o desenvolvimento econômico”.

*Empresários na ANC de 1986
(legislatura 1987-1991)*

Empresários da indústria e finanças	26	5,3%
Empresários de serviços diversos e de setores não especificados	73	15,0%
Produtores rurais sem atividade empresarial	39	8%
Outras atividades	350	71,7%
Total	488	100%

Fonte: Eli Diniz e Renato Boschi (2000)

Por óbvio que a atuação dos grupos empresariais não se deu somente pela presença de deputados oriundos de seus quadros orgânicos. A atuação das entidades de classe foi articulada e de grande visibilidade na condução do *lobby* perante as Comissões e Sub-Comissões da Assembleia Nacional Constituinte.

Aqui há que se salientar o que os autores identificam como comportamento do empresariado no Poder Legislativo, que é um aspecto ainda muito pouco abordado na literatura política nacional (DINIZ; BOSCHI, 2000, p. 49-73).

Essa postura comportamental está na base da própria origem do corporativismo brasileiro, associado ao liberalismo e suas práticas muitas vezes contraditórias. Como sugere Costa (1991, p. 113),

“arranjos corporativos são fórmulas de institucionalização do conflito entre interesses de classes antagônicas, levando-as ao diálogo ou a regras mínimas de convivência sob a arbitragem do Estado. Entre nós, este arranjo produziu o completo distanciamento das classes que supostamente deveria aproximar”.

A esse respeito, Pereira Rodrigues (2000, p. 3) nos dá conta da importância da participação da sociedade civil, caracterizada na ação dos grupos de interesse:

“Atuando de forma organizada, a sociedade civil desempenha um papel importante na preservação da forma

democrática de governo, monitorando possíveis abusos de governantes e participando na formulação de políticas públicas, sobretudo através de grupos de interesse. Tais grupos de interesse basicamente fazem o *lobby*. Mas não se trata daquele *lobby* que pejorativamente, no Brasil, é imediatamente associado ao tráfico de influência, à imagem da corrupção, ao uso da propina e ao abuso do poder econômico. Muito pelo contrário, nenhuma atividade de *lobby* poderia ser mais legítima do que a exercida por grupos organizados da sociedade civil. Trata-se do que os norte-americanos chamam de ‘grass-roots lobbying’, ou pressão feita de baixo para cima, do cidadão para o governante, em prol de uma causa comum ou bem público.”

Essa tendência pode ser verificada no processo constituinte como uma continuação de um processo que se verificara na organização empresarial desde o início da transição, o que levou alguns autores a identificar nos movimentos classistas organizados aquilo que se pode denominar de neocorporativismo (DINIZ; BOSCHI, 1987, p. 11).

A mobilização liberal na Assembleia Nacional Constituinte foi o episódio de coesão que já vinha tomando forma ao longo do governo Sarney, em decorrência de alguns casos de interlocução da classe empresarial com o governo. A discussão em torno dos benefícios e travas que o Plano Cruzado trouxe à economia foi capaz de articular não só a crítica, mas a apresentação de alternativas aos rumos do próprio plano, o que, em ambiente democrático, trazia certa legitimidade. O que não impediu, entretanto, uma franca rejeição, por parte dos empresários, do Plano Cruzado II, que objetivava a correção dos rumos iniciais, mas ainda mantinha forte controle de preços e pressão fiscal. Outro ponto foi a defesa de seus interesses corporativos perante o governo Sarney,

principalmente no que se refere à política industrial e política de comércio exterior. As entidades empresariais desde 1985 vinham se mobilizando perante os interlocutores ministeriais para aprovarem medidas que beneficiassem o setor da indústria, seja com crédito, seja com incentivos à exportação, como a sugestão de criação do Conselho Nacional de Política Industrial, que acabou não se realizando (Idem, p. 12).

Está claro, no período de transição política, o interesse vivo dos grupos empresariais em politizar a questão econômica. Diniz e Boschi (1978, p. 191) deixam isso claro quando afirmam:

“O substrato do tipo de argumentação do empresário no que se refere ao aspecto estritamente político de suas reivindicações constitui-se também, a nosso ver, o principal aspecto da campanha recente contra a estatização da economia. Em outras palavras, num debate aparentemente marcado por considerações de ordem econômica, transparecem em seus fundamentos, uma demanda de caráter essencialmente político, que vem a ser a possibilidade do empresário exercer algum controle sobre os rumos do processo de intervenção do Estado na economia”.

Essa estratégia foi a base da articulação dos empresários e grupos econômicos que ocorrera na década de 1970. O tema que iria ocupar a Assembleia Nacional Constituinte estava centrado num divisor de águas: estatização *versus* economia de mercado. Essa é uma questão central que se desdobra em diversos aspectos econômicos como o desequilíbrio orçamentário e déficit público, a pressão da carga tributária, o desempenho das empresas estatais e a necessidade de quebra dos monopólios e privatização da maioria dos setores, com exceção do setor energético (DINIZ; BOSCHI, 1986, p. 3 et seq.).

A articulação da classe empresarial se fez representar nos segmentos urbano e

rural. Congregados na União Brasileira de Empresários (UB), a ofensiva sobre a Assembleia Nacional Constituinte concentraria esforços em vários temas de particular interesse econômico e que pudessem controlar o avanço das propostas do movimento popular e progressista. O medo desse grupo organizado era a radicalização dos grupos minoritários naquilo que depois identificariam como “áreas-problema”: a ordem social e a ordem econômica (DREI-FUSS, 1989, p. 183). Na mesma esteira de articulação político-ideológica e com ações concertadas, achavam-se outros grupos urbanos, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Movimento pela Liberdade Empresarial (MLE), Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), Instituto Liberal (IL), além de lideranças empresariais de destaque. Entre os grupos rurais, atenção era dada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sindicatos rurais e, especificamente na esteira do processo constituinte, a criação da União Democrática Ruralista (UDR), liderada por Ronaldo Caiado⁵.

O Movimento Nacional pela Livre Iniciativa (MNLI) foi outro exemplo disso. Afirmava em campanha publicitária em rádios, televisões, jornais e revistas o compromisso da classe empresarial com as propostas do livre mercado e das liberdades fundamentais. O *slogan* da campanha era: “O sistema de livre iniciativa é a base da democracia”. O compromisso dos empresários assumia a postura de pregação ideológica, apta a aferir a melhor forma de influir, segundo as regras democráticas, no eleitorado, com relação aos deputados que seriam eleitos em outubro de 1986.

Em síntese, as propostas de caráter genérico, como todo movimento político, assentavam-se nas seguintes premissas:

⁵ Com apoio do movimento sindical, considerado não de esquerda, despontavam Luis Antonio Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo.

a) instituir a democracia fiel ao princípio básico da propriedade privada, essencial ao estímulo e à autossustentação do homem livre; b) definir um conjunto de normas que determinem o sistema de governo para dirigir o país e promover o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade; c) atribuir poderes ao governo para o cumprimento de suas funções, mas estabelecer uma nítida limitação desses mesmos poderes para impedir seu uso arbitrário contra os direitos e as liberdades individuais, princípio básico do Estado de Direito; d) estabelecer um regime fundado na liberdade individual que repouse na economia de mercado e no sistema de livre iniciativa; e por fim, e) determinar a verdadeira separação dos Três Poderes dentro do princípio democrático de que nenhum Poder pode exorbitar de suas funções legais sem que seja efetivamente impedido e limitado pelos outros.

Em palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em 08 de novembro de 1985, Vidigal (1986a, p. 95), afirmara:

“Qual deve ser, portanto, a proposta do empresariado, no que se refere à ordem econômica, na Constituição a ser elaborada pela Assembléia Constituinte, que seja capaz de resguardar a iniciativa privada – manifestação da liberdade humana e da condição da liberdade política – e impedir a voraz expansão do Estado? Fundamentalmente, a ordem econômica deve ter por finalidade a satisfação das necessidades humanas, visando a assegurar a todos o bem-estar, devendo ser organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa, à propriedade privada dos meios de produção e aos direitos do trabalhador. A economia deve se organizar segundo as leis de mercado, cabendo preferencialmente às empresas provadas, com o estímulo, o apoio e a fiscalização do Estado, explorar as atividades econômicas. Somente para propiciar

o desenvolvimento tecnológico de setor não suficientemente desenvolvido, poderá a União, por lei especial, estabelecer reserva de mercado, por prazo determinado. Quanto à atuação do Estado no plano econômico, ele deverá zelar pelo interesse geral na ordem econômica, cuidando para que sua finalidade, seja alcançada, no respeito aos princípios fundamentais, constantes da Constituição. Caberá à União, por meio do entendimento entre trabalho e o capital, planejar o desenvolvimento econômico nacional e regional (...)."

Esse ideário traduzia as grandes linhas do pensamento empresarial que devia estar em consonância com as reformas pontuais levadas a efeito no texto constitucional. O objetivo era, todavia, mais amplo, qual seja, direcionar o papel do empresariado na atuação política e influenciar o nível das decisões políticas por meio de suas lideranças e das entidades representativas. Isso se reforça em outro discurso de Vidigal (1986, p. 84):

"A própria democracia não é tarefa que caiba apenas a políticos. Embora não seja função específica do empresariado, ele depende da criação de ambiente apropriado à prática democrática. E tal ambiente somente pode ser alcançado através da garantia de bem-estar material e segurança aos cidadãos, do fortalecimento das instituições e do direito à cidadania e à justiça social, valores que, no meu entender, só podem ser atingidos através do regime econômico de livre empresa, do qual o empresariado é o principal fiador (...) Não podemos, contudo, abandonar os esforços que temos empreendido até o momento para ampliar nossa ação. E ampliar a ação empresarial representa, na verdade, a defesa de um plano realista de ação política para a reconquista do terreno para o setor privado (...)."

4. Conclusão

Não deixa de ser interessante notar que a participação dos empresários na vida nacional não se resume somente à sua atuação nos domínios da economia. Como membros de uma elite dirigente e com demarcados interesses de classe, são capazes de uma profunda articulação política que conduza interesses amplos e também interesses pontuais.

A questão a ser elucidada é: em que medida há uma clareza entre os interesses de classe dos empresários, movidos no âmbito da sua participação política e que possam ser articulados/integrados com os demais interesses nacionais, e de outros grupos voltados a um projeto de desenvolvimento nacional?

O que se tem notado, a partir do processo de transição do regime militar-autoritário, é o destaque protagonista dos empresários na vida nacional, deixando o isolacionismo meramente tecno-econômico para uma imersão na cena política. A trajetória da reconstrução democrática trouxe os grupos empresariais para a berlinda da disputa política de duas maneiras bem destacadas: por um lado, articulando preferências aos grupos ideologicamente identificados com seus projetos, passando a desempenhar interesses na competição eleitoral, malgrado a fragilidade partidária e os déficits do sistema eleitoral e, por outro, atuando diretamente na defesa desses mesmos interesses, por meio da organização corporativa e institucional das suas associações de classe.

Tentamos, resumidamente, demonstrar neste trabalho que essas duas funções se iniciam com a Nova República e se consolidam a partir do processo desencadeado com a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Foi lá que a classe empresarial se reencontrou com o regime democrático e, em que pese os argumentos e suas posições, foi numa arena de conflitos mediados pela negociação que se estabeleceu um padrão

institucional regrado pela Constituição. A partir desse arcabouço jurídico-político-econômico, permitiu-se ao país reingressar num novo padrão de desenvolvimento econômico que, em meio a muitos sobressaltos de natureza ora estrutural, ora conjuntural, tem procurado avançar. E esses avanços só se consolidaram graças ao diálogo dos grupos sociais politicamente engajados, entre os quais, os empresários são partes integrantes.

Podemos avaliar, quem sabe, se os avanços de 1988 foram suficientes ou se falta construir uma base mais sólida no que tange aos aspectos econômicos de nossa sociedade e de nossas opções de modernização capitalista; essa é outra história. A tarefa que está aberta para uma análise mais acurada em outro trabalho de maior fôlego.

Referências

- ARTURI, Carlos Schmidt. *O empresariado industrial e a abertura política no Brasil: 1978-1984*. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 1989.
- BOSCHI, Renato. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da nova república*. São Paulo: Vértice, IUPERJ, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.
- _____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CODATO, A. N. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 1997.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro da. Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato (Org.). *Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1991.
- _____. Ação patronal e corporativismo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 10/11, p. 119-126, jun./nov. 1998.
- _____. *A armadilha do Leviatã. A construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. *Cadernos de conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1-3, mar. 1986.
- _____. *Empresariado e Estado na transição brasileira*. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974- 1977). Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. *Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas*. *Textos para discussão IUPERJ*, Rio de Janeiro, n. 22, 1984.
- _____. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- _____. *Empresários, sindicatos e conflito distributivo no Brasil da nova república*. *Cadernos de conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-71, set. 1988.
- _____. O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor do futuro. *Cadernos de conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 1, 1985.
- _____. *Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do estado na economia*. Brasília: IPEA, CEPAL, 1986a.
- _____. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república*. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. O empresariado e a Nova República: algumas considerações. *Cadernos de conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 5, p. 1-23, maio 1986.
- _____. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, IFCH, 1997.
- _____. *Política empresarial em tempos de crise*. Apontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil nos anos 90. Campinas: IFCH-UNICAM, 1992.
- DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli (Org.). *Empresários e modernização econômica*. Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC, Idacom, 1993.
- _____. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

- _____. Empresários e Constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. *Cadernos de conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 11, 1987.
- _____. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. A desconstrução da ordem corporativa e papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- _____. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O jogo da direita: na nova república*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- _____. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTRADA, Francisco F. *El empresariado latinoamericano: algunos aspectos de sus organizaciones y de su pensamiento*. Buenos Aires: Ciedla, 1983.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-22, jan./abr. 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, out./dez., 2001.
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGHELLO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LAVORATTI, Liliana. José Sarney arrepende-se do Plano Cruzado 2. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 mar. 2005.
- MARTINS, Luciano. A liberalização do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário*. Primeiras conclusões. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Vértice, RT, 1988.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MOTTA, F. *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário*. Primeiras conclusões. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Vértice, RT, 1988.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PNBE. *PNBE*. A nova consciência do empresariado brasileiro. São Paulo: Pensamento Nacional das Bases Empresariais, s/d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REIS, Bruno. P. W. Corporativismo, pluralismo e conflito distributivo no Brasil. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 417-457, 1995.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.
- RODRIGUES, Ricardo José Pereira. *Desenvolvimento nas ações políticas da sociedade civil dentro e fora do Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1374/desenvolvimento_acoes_rodrigues.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 out. 2010.
- SOLA, L. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1998.
- VIDIGAL, Luiz Eulálio. A participação política do empresariado. Palestra proferida na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 maio 1985. *Indústria e desenvolvimento*, v. 9, n. 20, p. 84-86, 1986.
- _____. O empresário e a constituinte. Palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 8 nov. 1985. *Indústria e desenvolvimento*, v. 9, n. 20, p. 94-99, 1986a.